A IMPORTÂNCIA DA FEIRA LIVRE DIANTE DO AVANÇO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ULTRAPROCESSADOS

Jeferson Marques da Silva
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5937-761X
Endereço eletrônico: jefersonm@academico.ufs.br

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6072-771X
Endereço eletrônico: sonia.menezes@academico.ufs.br

Palavras-chave: comercialização de alimentos; produtos ultraprocessados; feira livre; segurança alimentar e nutricional.

INTRODUÇÃO

A segunda versão do Guia Alimentar para a População Brasileira – GAPB (Brasil, 2014), documento oficial que aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável traz uma regra de ouro: "Prefira sempre alimentos *in natura* ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados". Entretanto, nos últimos anos, os produtos ultraprocessados ampliam a sua participação na dieta dos brasileiros.

Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (2008-2009 e 2017-2018) apontam uma tendência contrária a essa orientação do GAPB. Entre esses períodos analisados, o consumo de ultraprocessados passou de 12,6% para 18,4% do total de energia adquirida nos domicílios do país, enquanto os alimentos *in natura* ou minimamente processados e os ingredientes culinários declinaram respectivamente 3,8 e 3,5 pontos percentuais. Segundo Louzada et al. (2023), esse crescimento é atribuído a três importantes fatores: à expansão do seu acesso por grupos socialmente mais vulneráveis, à ampliação da sua oferta nos mais diversos locais de compras e à crescente penetração das indústrias transnacionais em áreas mais remotas do país.

Quanto à oferta ampliada dos ultraprocessados nos mais variados ambientes alimentares, percebe-se que se trata de uma ação que não se restringe aos grandes centros de importância para o setor varejista de alimentos. Cada vez mais cresce, nos médios e pequenos municípios, o número de estabelecimentos que priorizam a comercialização desses produtos, pois são mais lucrativos. É neste cenário contraditório que, em muitos municípios, a feira livre se configura como o único ambiente alimentar onde predomina a comercialização dos alimentos *in natura* e minimamente processados, conforme se verifica em Nossa Senhora de Lourdes/SE.

Mediante essas constatações, o trabalho em tela apresenta reflexões acerca das transformações do sistema alimentar, em especial na dimensão da comercialização dos alimentos, e tem como objetivo analisar a importância da feira livre enquanto ambiente alimentar promotor de alimentos saudáveis, o que contribui para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional em municípios nos quais se intensifica o consumo de ultraprocessados.

METODOLOGIA

No que tange aos aspectos metodológicos, este trabalho pauta-se em uma revisão bibliográfica a partir de autores como Contreras; Gracia (2011), Matioli; Peres (2020), Menezes (2021), que discutem temas como sistema alimentar hegemônico, feira livre e segurança alimentar e nutricional. Além dessa primeira etapa, também foi desenvolvido o trabalho de campo, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com feirantes e consumidores (25 participantes no total). Nessa etapa, foi utilizado como critério de seleção dos feirantes que eles comercializassem frutas, verduras ou cereais. Já na seleção dos consumidores foram utilizados dois critérios: frequentar a feira livre semanalmente e residir no município. Por fim, o conjunto dos dados coletados em campo e analisados juntamente com o arcabouço teórico conduziram a escrita deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos anos, a alimentação e os alimentos vêm se constituindo como temáticas relevantes e objetos de estudo de várias ciências. Para além do seu caráter biológico,

assistimos à ampliação dos aspectos considerados essenciais à sua compreensão, que passam, portanto, a ser discutidos também a partir das dimensões econômica, política e cultural (Contreras; Gracia, 2011). Tal ampliação se justifica por seu caráter multidimensional e, principalmente, pela necessidade de compreender as ações desenvolvidas pelo capitalismo, através das grandes corporações, quando utiliza a alimentação e os alimentos como ferramentas de poder e controle, com o objetivo de manter a sua hegemonia.

Estas corporações exercem influência sobre o alimento por meio do controle de todas as etapas do sistema alimentar (da produção ao consumo). No âmbito da produção, observa-se o espraiamento de monocultivos nos moldes do agronegócio em detrimento da produção de alimentos. São cultivos que dependem cada vez mais de insumos químicos e biológicos e divergem de práticas sustentáveis. Na comercialização, percebe-se a influência das grandes redes de supermercados no varejo alimentar, que priorizam a comercialização de produtos industrializados e ultraprocessados. Consequentemente, as alterações na produção e comercialização de alimentos refletem na disponibilidade, acesso e escolhas dos gêneros alimentícios, o que favorece as mudanças de hábitos alimentares da população. Tais transformações não estão circunscritas às regiões que constituem o foco prioritário de atuação das corporações. Estão cada vez mais presentes em pequenos municípios como estratégia de expandir seu campo de influência, conforme se verifica no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE.

Este município localiza-se no norte do estado de Sergipe, integra o território do Alto Sertão Sergipano e ocupa uma área de 83,767 km². Sua estrutura fundiária é formada, principalmente, por minifúndios. Quanto ao uso do solo, verifica-se o espraiamento do monocultivo do milho, nos moldes defendidos pelo agronegócio, e a retração do cultivo de alimentos, em especial do feijão e da mandioca (IBGE - Censo Agropecuário, 1995-1996, 2006 e 2017), tornando-o dependente dos alimentos cultivados/produzidos em outros territórios.

Nesse contexto, marcado pela ausência de alimentos cultivados localmente, cresce nos ambientes alimentares presentes no município a comercialização de produtos industrializados e ultraprocessados que, além das distâncias percorridas, não são benéficos à saúde dos consumidores. Essa movimentação é reflexo do que acontece nas diferentes escalas geográficas. No Brasil, tal processo ganha força com a expansão dos supermercados a partir

da segunda metade do século XX que passam a "influenciar outras modalidades de varejo alimentar" (Matioli; Peres, 2020, p. 18), sustentada no fetiche da "liberdade de escolha" e na oferta de uma "experiência de consumo organizada, obediente e padronizada" (Matioli; Peres, 2020, p. 163), elementos que induzem os consumidores à aquisição crescente de produtos industrializados inseridos em longas cadeias de distribuição, majoritariamente controladas por grandes corporações econômicas.

Por conta da influência dos supermercados, nas duas últimas décadas do século passado, setores técnicos passaram a considerar a feira livre "como uma (des)ordem nos espaços urbanos" e a tratar feirantes "com prepotência e arrogância, nítida manifestação das relações de poder" (Menezes, 2021, p. 61). Entretanto, os discursos que aventavam o fim desse espaço de comercialização de alimentos caem por terra diante da sua importância na contemporaneidade, fruto, segundo Menezes (2021), da ação de feirantes e consumidores que demandam pelos produtos comercializados especialmente no circuito curto.

As entrevistas realizadas durante o trabalho de campo evidenciam a percepção dos consumidores quanto às alterações na dimensão da produção de alimentos no município "*Não sentimos mais o gostinho da produção da roça. O feijão, por exemplo, tinha um caldo mais apurado, grosso. Hoje é bem ralinho, como água. E grande parte do que consumimos vem de fora*" (consumidor 1, set. 2022) e o quanto consideram importante a feira livre, ambiente alimentar de acesso aos alimentos *in natura* "*Aqui a gente só encontra esses alimentos* (frutas, verduras e legumes) *na feira. Durante a semana você não encontra. Aqui eu não conheço ninguém que produza esses alimentos pra gente poder comprar. É na feira que a gente encontra alimentos de qualidade*" (consumidor 2, set. 2022).

As propostas contidas na definição de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN adotada no Brasil endossam o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em que suas práticas sejam promotoras de saúde, assim como vinculadas às dimensões ambiental, cultural, econômica e social, de forma sustentável. Tais recomendações convergem para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada ao considerar a alimentação um direito social e se contrapõem às regras impostas pelo sistema alimentar hegemônico vigente que defende a comercialização de produtos ultraprocessados comercializados pelas redes de grandes, médios e pequenos supermercados.

CONCLUSÕES

A pesquisa demonstra como o sistema alimentar hegemônico exerce influências nas dimensões da produção à comercialização e amplia a comercialização de ultraprocessados nos diferentes ambientes alimentares. Paradoxalmente, a procura por alimentos saudáveis, comercializados em circuitos curtos e que se aproximam das determinações da SAN e do GAPB mantém-se. Esse fato reafirma a importância da feira livre enquanto espaço onde alimentos *in natura* e minimamente processados são encontrados e comercializados por trabalhadores como agricultores feirantes e os denominados feirantes comerciantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica**. Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 25 mai. 2026.

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura**. Tradução de Mayra Fonseca e Barbara Atie Guidalli. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009:** análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018:** análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos agropecuários 1995-1996, 2006 e 2017**. Disponível: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos. Acesso em: 30 jun. 2026.

LOUZADA, Maria Laura da Costa et al. Consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil: distribuição e evolução temporal 2008-2018. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, Brasil, v. 57, n. 1, p. 12, 2023. DOI: 10.11606/s1518-8787.2023057004744. Disponível em: https://revistas.usp.br/rsp/pt_BR/article/view/209656. Acesso em: 20 mai. 2026.

MATIOLI, Victor; PERES, João. **Donos do mercado:** como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade. São Paulo: Elefante, 2020.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Feiras em Sergipe: domínio da cultura e comercialização em multiplicidades de tempos. In: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de. **Vamos às feiras!:** Cultura e ressignificação dos circuitos curtos. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2021. p. 59-96.